

PBH ATIVOS S.A.

2ª EMISSÃO (sendo a 1ª EMISSÃO PÚBLICA)  
DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão (sendo a 1ª Emissão Pública) de Debêntures da PBH ATIVOS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: PBH ATIVOS S.A.
- CNPJ/MF: 13.593.766/0001-79
- Atividades: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da companhia; (iii) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; (iv) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; (v) conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; (vi) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; (vii) licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; (viii) auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; (ix) custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; (x) participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades; (xi) captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município; e (xii) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/04/2014

- Data de Vencimento: 15/04/2021
  - Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores S.A.
  - Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
  - Código Cetip/ISIN: PBHA-D21/ BRPBHADBS008
  - Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.
  - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures, depositados na Conta de Livre Movimentação, serão utilizados em 90% para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas. O saldo será destinado pela Emissora para o cumprimento de obrigações corporativas diversas.
  - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 16/06/2016, foram aprovadas alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) caput do artigo 10, acerca do Conselho de Administração; (ii) acréscimo da alínea 'u' ao artigo 14, referente às deliberações sobre projetos de Concessões e Parceria Público-Privada; (iii) acréscimo da alínea 'j' ao artigo 18, referente às deliberações sobre projetos de Concessões e Parceria Público-Privada e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração; (iv) acréscimo da alínea 't' ao artigo 19, referente às deliberações sobre projetos de Concessões e Parceria Público-Privada e submissão para deliberação do Conselho de Administração; e (v) parágrafos 3º e 5º do artigo 23, referentes ao Conselho Fiscal.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 64.92-1-00 - Securitização de créditos;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: público;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 1,38 em 2015 para 1,48 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,95 em 2015 para 1,87 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,95 em 2015 para 1,87 em 2016;
- Giro do Ativo: de: 0,09 em 2015 para 0,11 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 21,3% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 19,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 7,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 14,1% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 6,8% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 100.000,0000**
- **ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: IPCA/IBGE**

- REMUNERAÇÃO\*: 11% a.a.

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

15/01/2016 – R\$ 2.017,00366000  
15/02/2016 – R\$ 2.089,30654440  
15/03/2016 – R\$ 2.037,44646560  
15/04/2016 – R\$ 1.975,23986120  
13/05/2016 – R\$ 15.941,07335600  
15/06/2016 – R\$ 1.367,17343160  
15/07/2016 – R\$ 1.335,85342050  
15/08/2016 – R\$ 1.294,41168850  
15/09/2016 – R\$ 1.263,65540080  
17/10/2016 – R\$ 1.228,18571460  
16/11/2016 – R\$ 1.182,61266070  
15/12/2016 – R\$ 1.148,10104460

Juros:

15/01/2016 – R\$ 404,14746911  
15/02/2016 – R\$ 438,44617445  
15/03/2016 – R\$ 449,09406608  
15/04/2016 – R\$ 457,44552292  
13/05/2016 – R\$ 3.846,87980028  
15/06/2016 – R\$ 345,45713661  
15/07/2016 – R\$ 352,85883878  
15/08/2016 – R\$ 356,20484217  
15/09/2016 – R\$ 362,48930588  
17/10/2016 – R\$ 366,11958110  
16/11/2016 – R\$ 365,30206875  
15/12/2016 – R\$ 367,76748088

Evento Genérico:

27/06/2016 – R\$ 0,52074025

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 2.300

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 2.300

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) cessão fiduciária de crédito, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

## PENTÁGONO S.A. DTVM



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>		<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.626	61.624	Empréstimos e Financiamentos	10	972	863
Créditos a receber	5	128.784	141.856	Debêntures	11	99.264	105.030
Impostos a recuperar	6	7.062	4.626	Fornecedores	-	79	32
Outros Ativos	-	19	12	Impostos e Obrigações a recolher	12	73	58
		<b>188.491</b>	<b>208.118</b>	Salários, Remunerações e encargos sociais	13	117	128
<b>Não circulante</b>				Provisões Trabalhistas	14	203	164
Créditos a receber	5	772.925	809.683	Outros Passivos	-	47	223
Depósitos Judiciais	15	3.948	-			<b>100.755</b>	<b>106.498</b>
Aplicações Financeiras	7	7.685	25.410	<b>Não circulante</b>			
Garantias e Cauções	8.1	61.069	82.223	Empréstimos e Financiamentos	10	5.535	6.393
Créditos Fiscais	20.2	27.877	15.147	Debêntures	11	532.092	637.773
Bens Destinados à Venda	9	39.435	39.435	Garantias e Cauções Passivas	8.2	15	22.666
Imobilizado	-	148	176	IRPJ e CSLL diferidos	20.1	78.477	50.624
Intangível	-	16	15			<b>616.119</b>	<b>717.456</b>
		<b>913.103</b>	<b>972.089</b>	<b>Patrimônio social</b>	16		
<b>Total do ativo</b>		<b>1.101.594</b>	<b>1.180.207</b>	Capital social	-	284.280	284.280
				Reserva de lucros	-	100.440	71.973
						<b>384.720</b>	<b>356.253</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.101.594</b>	<b>1.180.207</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Anexo 2**
**Demonstrações do resultado**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	17	125.009	111.781
Custos	18	<u>(83.601)</u>	<u>(64.632)</u>
Lucro bruto		41.408	47.149
Despesas com pessoal	-	(2.145)	(1.976)
Despesas administrativas	-	(3.020)	(2.970)
Despesas tributárias	-	(315)	(220)
Outras receitas/despesas	-	<u>(221)</u>	<u>(1.833)</u>
		(5.701)	(6.999)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		35.707	40.150
Receitas Financeiras	19	16.289	22.054
Despesas Financeiras	19	<u>(906)</u>	<u>(1.017)</u>
Receitas financeiras líquidas		15.383	21.037
Resultado antes dos impostos		51.090	61.187
Imposto de Renda/CSLL	20	12.614	9.114
Provisão Imposto de Renda/CSLL diferidos	20	<u>(27.737)</u>	<u>(30.069)</u>
		(15.123)	(20.955)
Lucro líquido do exercício		<u>35.967</u>	<u>40.232</u>
Lucro líquido do exercício por ação		1,09	1,22

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Anexo 3

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
PBH Ativos S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PBH Ativos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBH Ativos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da PBH Ativos S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 14 de abril de 2016.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

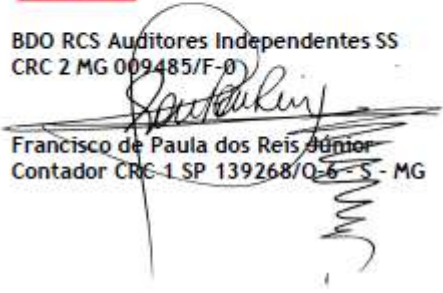
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 MG 009485/F-0

  
Francisco de Paula dos Reis Júnior  
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-MG

  
Paulo Eduardo Santos  
Contador CRC 1 MG 078750/O-3